

# Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD

## Introdução

[A Lei nº 13.709/2018](#), aprovada em agosto de 2018, tendo seu início previsto para maio de 2021, obtém o foco específico em proteção de dados pessoais, fornecidos por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger a disseminação desautorizada das informações pessoais, sejam elas diretas (dados pessoais) ou indiretas (dados pessoais sensíveis) que proporcionem ligações ou vínculos que facilitem acesso à localização dos dados diretos da pessoa. Desta forma, garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa.

Esta lei estabelece uma classificação dos tipos de dados, sendo: Dados pessoais e Dados pessoais sensíveis. Nos casos de fornecimento de dados pessoais de um menor de idade, deve-se obter a aprovação de pelo menos um dos Pais ou Tutor Responsável (nos casos de adoções).

Portanto, estabelecem-se algumas condições: Tratamento de dados sensíveis, tratamento de dados sensíveis de crianças e adolescentes, Término do tratamento de dados, direitos do titular, tratamento de dados pessoais pelo poder público, transferência internacional de dados, Agentes de tratamento de dados pessoais, segurança - boas práticas e Fiscalização.

Criou-se nesta lei a ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados), que fiscalizará e auditará as tratativas de dados pessoais, assegurando que seja cumprida a lei vigente e aplicando as sanções necessárias quando preciso.

Em sua conclusão, a Lei estabelece critérios e itens de segurança que devem ser implantados para garantir a sua eficácia e segurança cujo se torna inaplicável quando a coleta de informações dar-se-á para fins não lucrativos e fornecidos pela própria pessoa natural.

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm).

Acessado em: 19/03/2020.

## Conceito

A Lei nº 13.709/2018, aprovada em agosto de 2018, tendo seu início previsto para maio de 2021, obtém o foco específico em proteção de dados pessoais, fornecidos por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger a disseminação desautorizada das informações pessoais, sejam elas diretas (dados pessoais) ou indiretas (dados pessoais sensíveis), que proporcionem ligações ou vínculos que facilitem acesso à localização dos dados diretos da pessoa. Desta forma, garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa.

## Fundamentação Legal

Esta legislação fundamenta-se em:

- I. Respeito à privacidade.
- II. Autodeterminação da informação.
- III. Liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião.
- IV. Inviabilidade da intimidade, honra e imagem.
- V. Desenvolvimento econômico, tecnológico e inovação.
- VI. Livre iniciativa, concorrência e defesa do consumidor.
- VII. Direitos humanos, desenvolvimento da personalidade, dignidade e exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

## Termos Considerados para Fins Legais

Para os fins de desta lei, foram considerados os seguintes termos:

- I. **Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- II. **Dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- III. **Dado anônimo:** dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- IV. **Banco de dados:** conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- V. **Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- VI. **Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- VII. **Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- VIII. **Encarregado:** pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção

de Dados (ANPD).

IX. **Agentes de tratamento:** o controlador e o operador.

X. **Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

XI. **Anonimato:** utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

XII. **Consentimento:** manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

XIII. **Bloqueio:** suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.

XIV. **Eliminação:** exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

XV. **Transferência internacional de dados:** transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.

XVI. **Uso compartilhado de dados:** comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

XVII. **Relatório de impacto à proteção de dados pessoais:** documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

## Termos Considerados para Princípios e Boas Práticas

I. **Finalidade:** realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.

II. **Adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.

III. **Necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.

IV. **Livre acesso:** garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integridade de seus dados pessoais.

V. **Qualidade dos dados:** garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

VI. **Transparência:** garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.

VII. **Segurança:** utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

VIII. **Prevenção:** adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

IX. **Não discriminação:** impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.

X. **Responsabilização e prestação de contas:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

## Quando a Lei se Aplica

Esta lei aplica-se a qualquer operação realizada por pessoa natural ou jurídica, seja do setor público ou privado, independente do ramo de atuação onde estejam localizados os dados, desde que:

- I. A operação seja realizada no território nacional.
- II. A operação tenha oferta ou fornecimento de bens, serviços ou tratamento de dados.
- III. Os dados pessoais tenham sido coletados dentro do território nacional (considera-se neste caso o que for encontrado no momento da coleta).

## Quando a Lei não se aplica

Esta lei não se aplica nas seguintes situações:

- I. Quando for realizado pela pessoa natural fins de exclusividade particular e sem fins econômicos.
- II. Para fins jornalísticos e ou acadêmicos cujo neste caso aplica-se nos [artigos 7º e 11º desta lei](#).
- III. Quando realizados para fins exclusivos de: segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de repressão ou investigação de infrações penais.

Neste caso, deverá ser regido pela legislação específica e prever medidas proporcionais e estritamente necessárias ao interesse público, observando o processo legal e princípios gerais de proteção e direitos do titular previsto nesta lei.

É vedado o tratamento de dados por pessoas de direito privado, exceto sob tutela jurídica de direito público, no qual a informação seja objeto específico à autoridade nacional e deverá observar a imposição presente que retrata sobre a competência necessária de se obter o capital integralmente constituído pelo poder público.

## Boas Práticas e Governança

Poderá ser criado pelos controladores e operadores de acordo com suas competências, de forma individual ou por meio de associações. As regras deverão estabelecer condições de organização dos dados, regime de funcionamento os procedimentos, reclamações e petições de titulares, normas de segurança, obrigações específicas de diversos envolvidos no tratamento, ações educativas, mecanismos de supervisão afim de eliminar riscos ou aspectos relacionados para tratativa de dados pessoais.

Portanto, a lei estabelece suas particularidades nos artigos 50 e 51, sendo:

Art. 50. Os controladores e operadores, no âmbito de suas competências, pelo tratamento de dados pessoais, individualmente ou por meio de associações, poderão formular regras de boas práticas e de governança que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, incluindo reclamações e petições de titulares, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

§ 1º Ao estabelecer regras de boas práticas, o controlador e o operador levarão em consideração, em relação ao tratamento e aos dados, a natureza, o escopo, a finalidade e a probabilidade e a gravidade dos riscos e dos benefícios decorrentes de tratamento de dados do titular.

§ 2º Na aplicação dos princípios indicados nos incisos VII e VIII do caput do art. 6º desta Lei, o controlador, observados a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados e a probabilidade e a gravidade dos danos para os titulares dos dados, poderá:

Implementar programa de governança em privacidade que, no mínimo:

a) Demonstre o comprometimento do controlador em adotar processos e políticas internas que assegurem o cumprimento, de forma abrangente, de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais.

b) Seja aplicável a todo o conjunto de dados pessoais que estejam sob seu controle, independentemente do modo como se realizou sua coleta.

c) Seja adaptado à estrutura, à escala e ao volume de suas operações, bem como à sensibilidade dos dados tratados.

d) Estabeleça políticas e salvaguardas adequadas com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade.

e) Tenha o objetivo de estabelecer relação de confiança com o titular, por meio de atuação transparente e que assegure mecanismos de participação do titular.

f) Esteja integrado a sua estrutura geral de governança e estabeleça e aplique mecanismos de supervisão internos e externos.

g) Conte com planos de resposta a incidentes e remediação.

h) Seja atualizado constantemente com base em informações obtidas a partir de monitoramento contínuo e avaliações periódicas.

i) Demonstrar a efetividade de seu programa de governança em privacidade quando apropriado e, em especial, a pedido da autoridade nacional ou de outra entidade responsável por promover o cumprimento de boas práticas ou códigos de conduta, os quais, de forma independente, promovam o cumprimento desta Lei.

§ 3º As regras de boas práticas e de governança deverão ser publicadas e atualizadas periodicamente e poderão ser reconhecidas e divulgadas pela autoridade nacional.

Art. 51. A autoridade nacional estimulará a adoção de padrões técnicos que facilitem o controle pelos titulares dos seus dados pessoais.

## Mapeamento de Dados LGDP

## Introdução

[A Lei nº 13.709/2018](#) aprovada em agosto de 2018, tendo seu início oficializado em agosto de 2020, com efeitos de penalidades previstos para início de agosto de 2021, obtém o foco específico em proteção de dados pessoais fornecidos por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger a disseminação desautorizada das informações pessoais, sejam elas diretas (dados pessoais) ou indiretas (dados pessoais sensíveis), que proporcionem ligações ou vínculos que facilitem acesso à localização dos dados diretos da pessoa. Desta forma, garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa.

Esta lei estabelece uma classificação dos tipos de dados, sendo: Dados pessoais e Dados pessoais sensíveis. Nos casos de fornecimento de dados pessoais de um menor de idade, deve-se obter a aprovação de pelo menos um dos Pais ou Tutor responsável (nos casos de adoções).

Portanto, estabelecem-se algumas condições: Tratamento de dados sensíveis, Tratamento de dados sensíveis de crianças e adolescentes, Término do tratamento de dados, Direitos do titular, Tratamento de dados pessoais pelo poder público, Transferência internacional de dados, Agentes de tratamento de dados pessoais, Segurança - boas práticas e Fiscalização.

Criou-se, nesta lei, a ANPD (Agência Nacional de proteção de dados), que fiscalizará e auditará as tratativas de dados pessoais, assegurando que seja cumprida a lei vigente e aplicando as sanções necessárias quando necessário.

Em sua conclusão, a Lei estabelece critérios e itens de segurança que devem ser implantados para garantir sua eficácia e segurança, o que a torna inaplicável quando a coleta de informações é usada para fins não lucrativos e fornecidos pela própria pessoa natural.

**Fonte:** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm).

Acessado em: 19/03/2020.

## Conceito

A LGPD está constituída na Lei nº 13.709/2018, aprovada em agosto de 2018, tendo seu início oficializado em agosto de 2020, com efeitos de penalidades previstos para início de agosto de 2021, obtendo o foco específico em proteção de dados pessoais fornecidos por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger a disseminação desautorizada das informações pessoais, sejam elas diretas (dados pessoais) ou indiretas (dados pessoais sensíveis), que proporcionem ligações ou vínculos que facilitem acesso à localização dos dados diretos da pessoa. Desta forma, garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa.

## Acessando a LGPD – ERP Web

Para acessar as configurações de mapeamento da LGPD, no sistema Benner ERP Web, o usuário deverá entrar em seu perfil como Administrador para poder acessar o **menu Configurações → LGPD**.



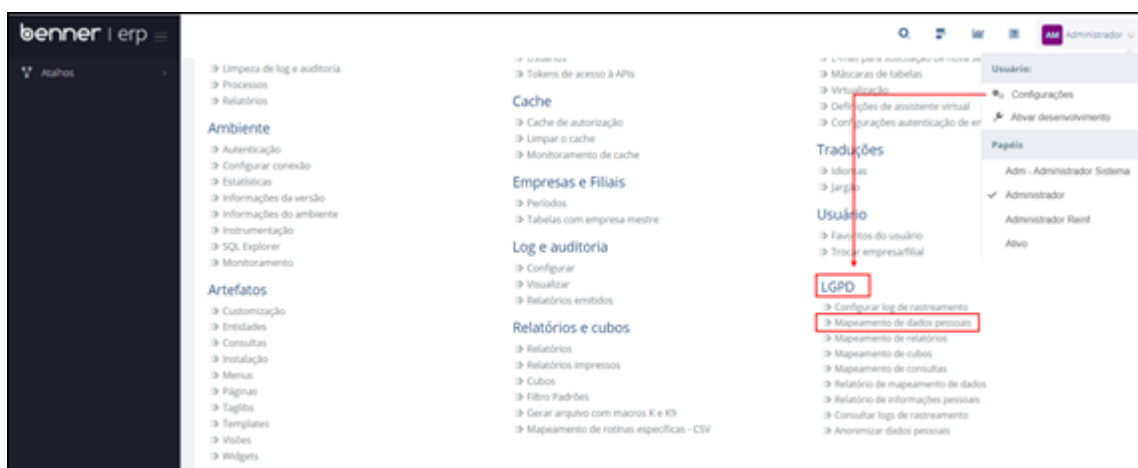
Caso não possua, deverá primeiro fazer a liberação do acesso no papel utilizado pelo perfil do usuário em Configurações → Papéis, após a liberação, realize logout e login novamente no sistema para obter o acesso.

## Mapeamento de Dados Pessoais e Sensíveis

O item Mapeamento de Dados Pessoais trata-se da condição parametrizada do sistema para que ele identifique quais são as tabelas e campos que deverão ser anonimizado no momento da realização da operação de anonimização.

Para iniciar o mapeamento de dados, é importante obter o conceito de todas as tabelas, campos, quais serão vistos como dado pessoal e sensível e qual ação deseja que o sistema execute no momento da anonimização daquele campo mapeado.

Para realizar o mapeamento de dados, acesse o módulo Configurações → LGPD → Mapeamento de Dados Pessoais.



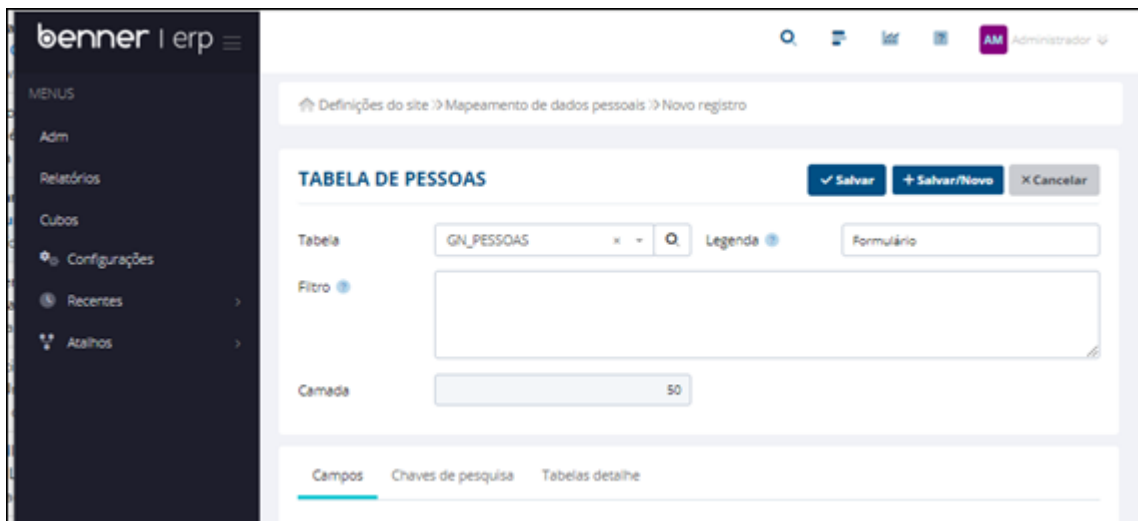


Ao clicar em Mapeamento de Dados Pessoais, o sistema abrirá a tela de Tabela de pessoas, na qual já constarão as tabelas mapeadas e devidamente configuradas pela equipe Benner no momento de liberação do artefato. Nestas tabelas, não será possível realizar nenhuma alteração por parte do usuário, somente pela equipe Benner na versão em Desenvolvimento.

Caso não esteja mapeada a tabela que deseja anonimizar, poderá ser feita a inclusão e configuração de forma específica pelo cliente. Para realizar o cadastramento da tabela, clique no botão, conforme apresentado na imagem abaixo:

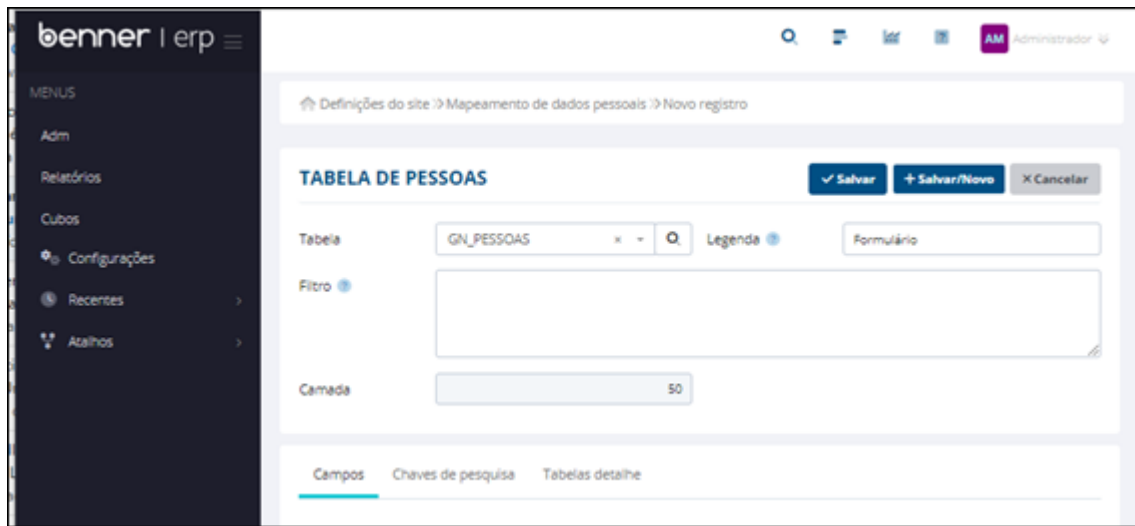


O sistema abrirá a tela de cadastro da tabela, selecione a tabela que deseja mapear no campo Tabela e insira a legenda que preferir. Após o cadastramento, clique no botão para salvar, ou no botão para salvar e iniciar o cadastro de uma nova tabela.

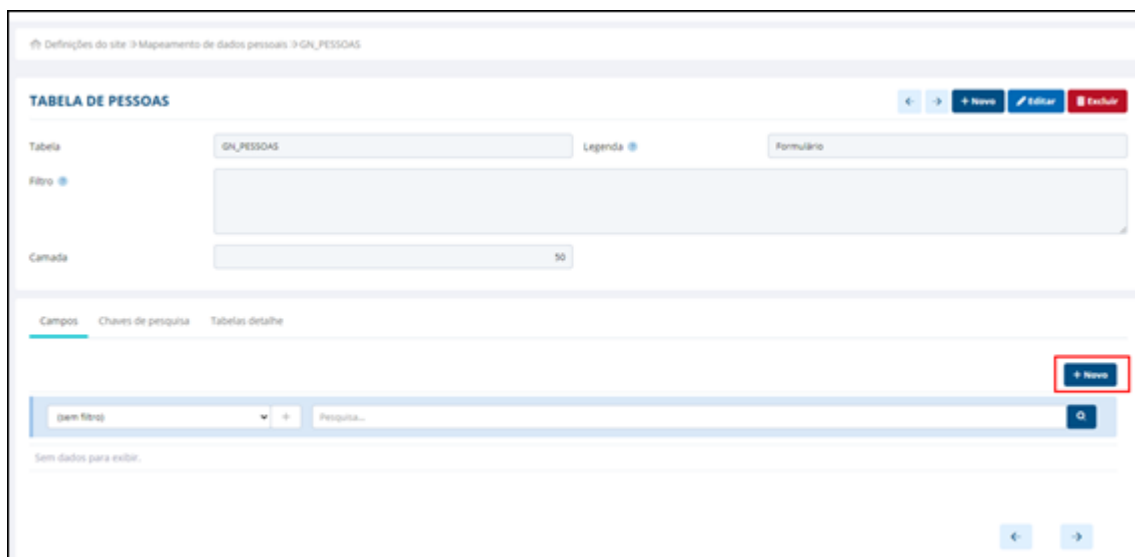


## Cadastramento de Campos da Tabela

Após o cadastramento da tabela que será mapeada, deverão ser inclusos os campos que sofrerão a ação de anonimização e terão suas informações alteradas. Para realizar a inclusão do campo, logo após o cadastramento da tabela, abaixo na tela de cadastramento existe a aba Campos. Clique nesta aba e, em seguida, clique no botão.



O sistema abrirá a tela de “cadastros de campos LGPD” para que sejam inclusos os campos, classificando o tipo de dado como “sensível” ou “pessoal” e cadastramento da ação de anonimização a ser realizado pelo sistema.



## Mapeando o Campo da Tabela

O item “Campo” trará todas as colunas existentes na tabela, no qual deverá ser selecionado o campo que será identificado na LGPD. Deve-se considerar a seleção de todos os campos que trazem, de qualquer forma, uma identificação direta (dado pessoal) ou que promova algum tipo de discriminação ao titular dos dados (dado sensível).

## Definindo Tipo de Campo da Tabela

O item “Tipo” classifica o tipo de informação que contém no campo selecionado, no qual deverá ser identificado como sendo um dado pessoal ou dado sensível.

- **Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- **Dado sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

- **Camada:** este item é demonstrado de forma automática pelo sistema ao selecionar o campo que será mapeado. Ele identifica qual é o limite de caracteres aceitos no campo para que não ocorra um excesso de informação de valores gerando erros.

## Definindo Ação de Anonimização

O item “Anonimização” determina a ação que o sistema executará ao iniciar o processo de anonimização. Estão disponíveis três tipos de ações que o sistema poderá executar:

- **Não anonimizar:** nesta ação, o sistema entende que apesar de o campo ser mapeado, é um campo que não poderá ser alterado ou limpo por motivos de força maior, devendo ser classificado dentro da LGPD, porém, sem ação de anonimização.

- **Limpar:** nesta ação, o sistema entende que deverá ser deletada a informação que consta no campo mapeado.

A imagem mostra a interface de usuário para o 'CADASTRO DE CAMPOS DA LGPD'. O formulário contém os seguintes campos: 'Tabela' com o valor 'GN\_PESSOAS', 'Tipo' com o valor 'Pessoal', e 'Anonimização' com as opções 'Não anonimizar', 'Limpar' (destacada por um retângulo vermelho) e 'Valor fixo'.

- **Valor fixo:** nesta ação, o sistema entende que deverá substituir a informação original existente no campo da tabela, pela informação identificada nesta ação.

A imagem mostra a interface de usuário para o 'CADASTRO DE CAMPOS DA LGPD'. O formulário contém os seguintes campos: 'Tabela' com o valor 'GN\_PESSOAS', 'Tipo' com o valor 'Pessoal', e 'Anonimização' com as opções 'Não anonimizar', 'Limpar' e 'Valor fixo' (destacado por um retângulo vermelho).

Ao selecionar esta ação de anonimização, o sistema habilitará o **campo Anonimizar com Valor e Usar HANDLE como Sufixo**.

- O campo Anonimizar Com Valor é onde deverá ser inclusa a informação fixa que o sistema deverá preencher no momento da ação de anonimização. É importante atentar-se ao tipo de informação original para que a informação substituída seja da mesma característica, conforme exemplos abaixo:

CPF: 299.233.232-23 (dado original).

- Anonimizado por valor: 999.999.999-99 (tipo numérico).
- Data de nascimento: 1981/11/25 (dado original).
- Anonimizado por valor: 1900/01/01 (tipo data).
- Nome: honório da legião (dado original).
- Anonimizado por valor: campo anonimizado (tipo texto).

**CADASTRO DE CAMPOS DA LGPD**

Tabela: GH\_PESSOAS Campo: NOME

Tipo: Pessoal Camada: 10

Anonimização: ☐ Não anonimizar ☐ Limpar ☒ Valor fixo

Anonimizar com valor:  Usar HANDLE como sufixo: ☐

Para campos Data utilize o formato "AAAA-MM-DD"  
Para campos Lógico utilize "S" ou "N"  
Para campos Tabela informe o conteúdo do campo de resultado  
Para campos Lista, Tab e Radio informe o valor da chave

Botões: Salvar, Salvar/Novo, Cancelar

É importante nos casos de anonimização por “Valor Fixo”, que seja selecionada a opção Usar HANDLE Como Sufixo, assim, garantindo que não ocorram inconsistências por inserção de dados iguais em mais de um registro no mesmo campo da tabela.

**CADASTRO DE CAMPOS DA LGPD**

Tabela: GH\_PESSOAS Campo: NOME

Tipo: Pessoal Camada: 10

Anonimização: ☐ Não anonimizar ☐ Limpar ☒ Valor fixo

Anonimizar com valor:  Usar HANDLE como sufixo: ☒

Para campos Data utilize o formato "AAAA-MM-DD"  
Para campos Lógico utilize "S" ou "N"  
Para campos Tabela informe o conteúdo do campo de resultado  
Para campos Lista, Tab e Radio informe o valor da chave

Botões: Salvar, Salvar/Novo, Cancelar

Após o cadastramento de todos os dados, clique no botão “salvar” para finalizar o processo.

**CADASTRO DE CAMPOS DA LGPD**

Tabela: GH\_PESSOAS Campo: NOME

Tipo: Pessoal Camada: 10

Anonimização: ☐ Não anonimizar ☐ Limpar ☒ Valor fixo

Anonimizar com valor: 9999999999 Usar HANDLE como sufixo: ☒

Para campos Data utilize o formato "AAAA-MM-DD"  
Para campos Lógico utilize "S" ou "N"  
Para campos Tabela informe o conteúdo do campo de resultado  
Para campos Lista, Tab e Radio informe o valor da chave

Botões: Salvar, Salvar/Novo, Cancelar

## Relatório de Mapeamento de Dados

Acessando o módulo Configurações → LGPD → Relatório de Mapeamento de Dados, é possível gerar um relatório contendo todos os campos das tabelas mapeados, no qual trará a legenda com o nome do campo, nome original da coluna na tabela mapeada e o tipo de dado considerado.



Assim, terá uma informação geral de todos os campos mapeados para atendimento à uma futura fiscalização ou solicitação da ANPD ou até mesmo pelo próprio DPO.

Abaixo, um exemplo de um trecho do relatório de mapeamento de dados:

Mapeamento de dados pessoais		
teste		Tabela: GN_PESSOAS
Nome do campo	Nome físico	Tipo de dado
Nome	NOME	Pessoal

## Relatório de Informações Pessoais

### Anonimização de Dados LGDP

#### Introdução

[A Lei nº 13.709/2018](#), aprovada em agosto de 2018, tendo seu início oficializado em agosto de 2020, com efeitos de penalidades previstos para início de agosto de 2021, obtém o foco específico em proteção de dados pessoais fornecidos por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger a disseminação desautorizada das informações pessoais, sejam elas diretas (dados pessoais) ou indiretas (dados pessoais sensíveis), que proporcionem ligações ou vínculos que facilitem acesso à localização dos dados diretos da pessoa. Desta forma, garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa.

Esta lei estabelece uma classificação dos tipos de dados, sendo: Dados pessoais e Dados pessoais sensíveis. Nos casos de fornecimento de dados pessoais de um menor de idade, deve-se obter a aprovação de pelo menos um dos Pais ou Tutor responsável (nos casos de adoções).

Portanto, estabelecem-se algumas condições: Tratamento de dados sensíveis, Tratamento de dados sensíveis de crianças e adolescentes, Término do tratamento de dados, Direitos do titular, Tratamento de dados pessoais pelo poder público, Transferência internacional de dados, Agentes de tratamento de dados pessoais, Segurança - boas práticas e Fiscalização.

Criou-se, nesta lei, a ANPD (Agência Nacional de proteção de dados) que fiscalizará e auditará as tratativas de dados pessoais, assegurando que seja cumprida a lei vigente e aplicando as sanções necessárias quando necessário.

Em sua conclusão, a Lei estabelece critérios e itens de segurança que devem ser implantados para garantir sua eficácia e segurança, o que a torna inaplicável quando a coleta de informações é usada para fins não lucrativos e fornecidos pela própria pessoa natural.

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm).

Acessado em: 19/03/2020.

## **Conceito**

A LGPD está constituída na Lei nº 13.709/2018, aprovada em agosto de 2018, tendo seu início oficializado em agosto de 2020, com efeitos de penalidades previstos para início de agosto de 2021, obtendo o foco específico em proteção de dados pessoais fornecidos por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger a disseminação desautorizada das informações pessoais, sejam elas diretas (dados pessoais) ou indiretas (dados pessoais sensíveis), que proporcionem ligações ou vínculos que facilitem acesso à localização dos dados diretos da pessoa. Desta forma, garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa.

O processo de anonimização é de extrema importância e deve ser executado sempre quando solicitado pelo titular dos dados pessoais ou ao término da atividade autorizada pelo titular no momento de utilização dos dados pessoais.

## **Acessando a LGPD - ERP Web**

Para acessar as configurações de mapeamento da LGPD, no sistema Benner ERP Web, o usuário deverá entrar em seu perfil como Administrador para poder acessar o menu Configurações → LGPD.



Caso não possua, deverá primeiro fazer a liberação do acesso no papel utilizado pelo perfil do usuário em Configurações → Papéis, após a liberação, realize logout e login novamente no sistema para obter o acesso.

## Realizando o Processo de Anonimização

O processo de anonimização é uma rotina criada pela equipe Benner, com o objetivo de anonimizar todos os campos mapeados anteriormente, executando as ações necessárias e apontadas para cada campo em específico, de acordo com a parametrização realizada no momento do mapeamento de dados.

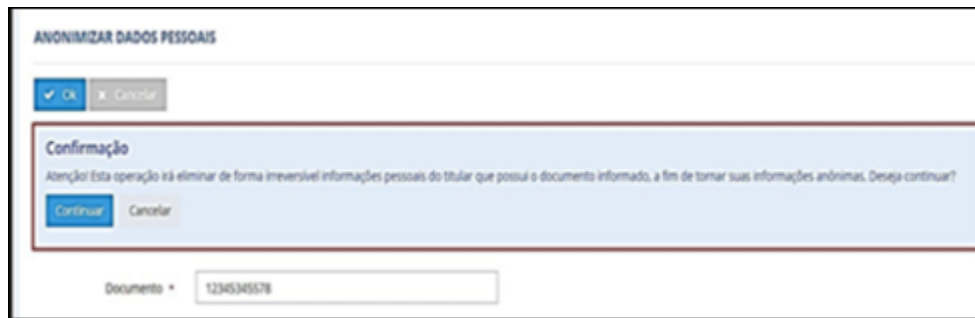
Para realizar a anonimização, acesse o menu Configurações → LGPD → Anonimizar Dados Pessoais.



Ao clicar, o sistema abrirá a tela de anonimização, na qual deverá inserir o CPF do titular dos dados que serão anonimizados, em seguida, clique no botão “OK”.



O sistema lhe apresentará uma mensagem de confirmação e, caso esteja de acordo, clique no botão “CONTINUAR”, caso contrário, clique no botão “CANCELAR”.



**Atenção!** Esta operação é irreversível, confirme sempre antes de executá-la.

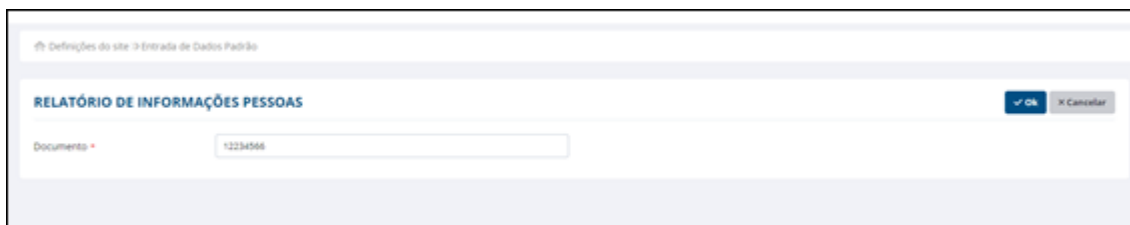
Após a realização do processo de anonimização, todos os dados mapeados sofrerão a ação indicada no momento de configuração do mapeamento de tabelas. Caso tenha dúvidas sobre a configuração de mapeamento, consulte a documentação “Mapeamento de dados LGPD” disponível no Siscon → Documentação → ERP Web → LGPD.

## Relatório de Informações Pessoais

Acessando o **módulo Configurações → LGPD → Relatório de Informações Pessoais**, é possível gerar um relatório ao titular contendo todas as informações que possuem no banco de dados que estão dentro do estabelecido na LGPD.



Ao selecionar esta opção, o sistema abrirá a tela para inserção do CPF do titular. Deve-se inserir o CPF sem pontos e dígitos, em seguida, clique no botão “OK”.



The screenshot shows a web interface for generating a report. At the top, there is a breadcrumb trail: "Definições do site > Entrada de Dados Padrão". Below this, the title "RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES PESSOAS" is displayed in blue. To the right of the title are two buttons: a blue "OK" button and a grey "Cancelar" button. Below the title, there is a label "Documento" followed by a text input field containing the value "12234366".

O sistema processará o relatório de informações pessoais e disponibilizá-lo em uma nova janela do seu navegador.



Assim, terá uma informação geral de todas as informações pessoais do titular, existentes no banco de dados da empresa, para atendimento à uma futura fiscalização ou solicitação da ANPD ou até mesmo pelo próprio DPO.

Exemplo do relatório de informações pessoais:

**Atenção:** Após o processo de anonimação, não será mais possível gerar este relatório para ar anonimizado, visto que suas informações não serão mais existentes no banco de dados.

É de inteira responsabilidade dos agentes de tratamento de dados, manter a segurança da informação, seja por medidas técnicas ou administrativas. Desta forma, protegendo os dados

Pessoais de acessos não autorizados, situações ilícitas de destruição, perda de informações, situações acidentais, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento considerado inadequado ou ilícito.

Na lei estas condições estão representadas nos artigos 46 até 49, sendo:

Art. 46. Os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações

acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

§ 1º A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões técnicos mínimos para tornar aplicável o disposto no caput deste artigo, considerados a natureza das informações tratadas, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, especialmente no caso de dados pessoais sensíveis, assim como os princípios previstos no caput do art. 6º desta Lei.

§ 2º As medidas de que trata o caput deste artigo deverão ser observadas desde a fase de concepção do produto ou do serviço até a sua execução.

Art. 47. Os agentes de tratamento ou qualquer outra pessoa que intervenha em uma das fases do tratamento obriga-se a garantir a segurança da informação prevista nesta Lei em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

Art. 48. O controlador deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

§ 1º A comunicação será feita em prazo razoável, conforme definido pela autoridade nacional, e deverá mencionar, no mínimo:

- I. A descrição da natureza dos dados pessoais afetados.
- II. As informações sobre os titulares envolvidos.
- III. A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial.
- IV. Os riscos relacionados ao incidente.
- V. Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.
- VI. As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

2º A autoridade nacional verificará a gravidade do incidente e poderá, caso necessário para a salvaguarda dos direitos dos titulares, determinar ao controlador a adoção de providências, tais como:

- I. Ampla divulgação do fato em meios de comunicação.
- II. Medidas para reverter ou mitigar os efeitos do incidente.

§ 3º No juízo de gravidade do incidente, será avaliada eventual comprovação de que foram adotadas medidas técnicas adequadas que tornem os dados pessoais afetados ininteligíveis, no

âmbito e nos limites técnicos de seus serviços, para terceiros não autorizados a acessá-los.

Art. 49. Os sistemas utilizados para o tratamento de dados pessoais devem ser estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos nesta Lei e às demais normas regulamentares.

## Sanções Administrativas

As sanções administrativas constantes na lei variam desde uma simples advertência até multa diária de até 2% do faturamento total da organização e proibição parcial ou total do exercício da atividade de tratamento de dados.

Tais sanções, serão aplicadas após finalização do processo administrativo que possibilite a oportunidade ampla de defesa, sendo aplicadas de forma gradativa, isolada ou cumulativa de acordo com a peculiaridade da infração.

Os artigos 52 até 54, expõem as infrações e sanções aplicadas:

Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional:

I. Advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.

II. Multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

III. Multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II.

IV. Publicitação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência.

V. Bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização.

VI. Eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.

VII. (VETADO).

VIII. (VETADO).

IX. (VETADO).

X. Suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador. ([Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019](#)).

XI. Suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

XII. Proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019).

§ 1º As sanções serão aplicadas após procedimento administrativo que possibilite a oportunidade da ampla defesa, de forma gradativa, isolada ou cumulativa, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e considerados os seguintes parâmetros e critérios:

- I. A gravidade e a natureza das infrações e dos direitos pessoais afetados.
- II. A boa-fé do infrator.
- III. A vantagem auferida ou pretendida pelo infrator.
- IV. A condição econômica do infrator.
- V. A reincidência.
- VI. O grau do dano.
- VII. A cooperação do infrator.
- VIII. A adoção reiterada e demonstrada de mecanismos e procedimentos internos capazes de minimizar o dano, voltados ao tratamento seguro e adequado de dados, em consonância com o disposto no inciso II do 2º do art. 48 desta Lei.
- IX. A adoção de política de boas práticas e governança.
- X. A pronta adoção de medidas corretivas.
- XI. A proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção.

2º O disposto neste artigo não substitui a aplicação de sanções administrativas, civis ou penais definidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e em legislação específica. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência.

3º O disposto nos incisos I, IV, V, VI, X, XI e XII do caput deste artigo poderá ser aplicado às entidades e aos órgãos públicos, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019).

4º no cálculo do valor da multa de que trata o inciso II do caput deste artigo, a autoridade nacional poderá considerar o faturamento total da empresa ou grupo de empresas, quando não dispuser do valor do faturamento no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, definido pela autoridade nacional, ou quando o valor for apresentado de forma incompleta ou não for demonstrado de forma inequívoca e idônea.

5º O produto da arrecadação das multas aplicadas pela ANPD, inscritas ou não em dívida ativa, será destinado ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos de que tratam o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995. ([Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019](#)).

6º as sanções previstas nos incisos X, XI e XII do caput deste artigo serão aplicadas: ([Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019](#)).

I. Somente após já ter sido imposta ao menos 1 (uma) das sanções de que tratam os incisos II, III, IV, V e VI do caput deste artigo para o mesmo caso concreto; e ([Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019](#)).

II. Em caso de controladores submetidos a outros órgãos e entidades com competências sancionatórias, ouvidos esses órgãos. ([Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019](#)).

7º Os vazamentos individuais ou os acessos não autorizados de que trata o caput do art. 46 desta Lei poderão ser objeto de conciliação direta entre controlador e titular e, caso não haja acordo, o controlador estará sujeito à aplicação das penalidades de que trata este artigo. ([Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019](#)) Vigência.

Art. 53. A autoridade nacional definirá, por meio de regulamento próprio sobre sanções administrativas a infrações a esta Lei, que deverá ser objeto de consulta pública, as metodologias que orientarão o cálculo do valor-base das sanções de multa.

§ 1º As metodologias a que se refere o caput deste artigo devem ser previamente publicadas, para ciência dos agentes de tratamento, e devem apresentar objetivamente as formas e dosimetrias para o cálculo do valor-base das sanções de multa, que deverão conter fundamentação detalhada de todos os seus elementos, demonstrando a observância dos critérios previstos nesta Lei.

§ 2º O regulamento de sanções e metodologias correspondentes deve estabelecer as circunstâncias e as condições para a adoção de multa simples ou diária.

Art. 54. O valor da sanção de multa diária aplicável às infrações a esta Lei deve observar a gravidade da falta e a extensão do dano ou prejuízo causado e ser fundamentado pela autoridade nacional.

Parágrafo único. A intimação da sanção de multa diária deverá conter, no mínimo, a descrição da obrigação imposta, o prazo razoável e estipulado pelo órgão para o seu cumprimento e o valor da multa diária a ser aplicada pelo seu descumprimento.

## Tratamento de Dados Pessoais

O art. 7º desta lei é objetivo e destaca todos os requisitos que devem ser considerados ao tratar os dados pessoais do titular. Desta forma, somente será possível trata-los quando:

- I. Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular.
- II. Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- III. Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei.
- IV. Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, o anonimato dos dados pessoais.
- V. Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.
- VI. Para o exercício regular de direito sem processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem).
- VII. Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros.
- VIII. Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019).
- IX. Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direito se liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.
- X. Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

Quando se referir ao tratamento de dados pessoais, de cunho público, deve ser considerada a finalidade, boa fé e interesse público que justifiquem esta tratativa.

Como cabe ao controlador, o ônus da prova de que foi obtido o conhecimento do fornecimento de dados pelo titular, se faz necessária a construção de uma prova do consentimento por escrito ou outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular. Caso o consentimento seja por escrito, deverá constar em uma cláusula própria, destacada das demais cláusulas do contrato.

Todo consentimento deverá referir-se a finalidades específicas, autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão consideradas nulas.

Não é permitido o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimentos.

Não há obrigatoriedade de construção de um termo de consentimento para os dados tornados manifestamente público pelo seu titular, desde que, estejam resguardados os direitos e princípios do titular previsto na lei.



Caso o controlador que obteve o consentimento ao acesso dos dados do titular, que necessite compartilhar as informações com outros controladores, deverá obter o consentimento do titular para fim específico, ressalvado as hipóteses de dispensa do consentimento previstas nesta lei.

Está autorizada a utilização dos dados em momentos que se tornaram públicos pelo titular em momentos posteriores para novas finalidades, desde que sejam respeitados os propósitos legítimos para o novo tratamento e da preservação dos direitos do titular.

## **Direito do Titular**

O titular tem o direito a facilidade de acesso sobre o tratamento dos seus dados, de forma clara e adequada, dentre outras características com atendimento no princípio de livre acesso, sendo:

- I. Finalidade específica do tratamento.
- II. Forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial.
- III. Do controlador.
- IV. Informações de contato do controlador.
- V. Informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade.
- VI. Responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento.
- VII. Direitos do titular, com menção explícita aos direitos contidos no art. 18 desta Lei.

Portanto, deverão constar estas informações de forma clara e objetiva na cláusula do contrato a que se refere.

Tornara-se nula a cláusula contratual quando qualquer dado supracitado conter informações enganosas ou abusivas e que não tenham sido apresentadas ao titular previamente com transparência, de forma clara e inequívoca.

Quando o tratamento dos dados pessoais for uma condicional para fornecimento do serviço ou produto, ou para o exercício de direito, deverá ser destacado ao titular sobre estas condições ou meios pelo qual deverá exercer os direitos do titular dispostos no art. 18 desta lei.

Se houver necessidade de alguma alteração de informações referidas nos incisos I, II, III e IV, do artigo 9º desta lei, o controlador deverá informar ao titular, destacando de forma específica, quais serão as alterações, podendo assim o titular, nos casos em que seu consentimento é exigido, revoga-lo caso discorde da alteração.

Os artigos 17, 18, 19, 20, 21 e 22 desta lei, descrevem detalhadamente os pontos primordiais de direito do titular:

Art. 17. Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos desta Lei.

Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

- I. Confirmação da existência de tratamento.
- II. Acesso aos dados.
- III. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- IV. Anonimato, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei.
- V. Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência.
- VI. Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei.
- VII. Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados.
- VIII. Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.
- IX. Revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

§ 1º O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional.

§ 2º O titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 3º Os direitos previstos neste artigo serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído, a agente de tratamento.

§ 4º Em caso de impossibilidade de adoção imediata da providência de que trata o § 3º deste artigo, o controlador enviará ao titular uma resposta em que poderá:

- I. Comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente.

II. Indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

§ 5º O requerimento referido no § 3º deste artigo será atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento.

§ 6º O responsável deverá informar, de maneira imediata, aos agentes de tratamento com os quais tenha realizado uso compartilhado de dados a correção, a eliminação, o anonimato ou o bloqueio dos dados, para que repitam idêntico procedimento, exceto nos casos em que esta comunicação seja comprovadamente impossível ou implique esforço desproporcional. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

§ 7º A portabilidade dos dados pessoais a que se refere o inciso V do caput deste artigo não inclui dados que já tenham sido deixados em anônimo pelo controlador.

§ 8º O direito a que se refere o § 1º deste artigo também poderá ser exercido perante os organismos de defesa do consumidor.

Art. 19. A confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais serão providenciados, mediante requisição do titular:

- Em formato simplificado, imediatamente.
- Por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular.

§ 1º Os dados pessoais serão armazenados em formato que favoreça o exercício do direito de acesso.

§ 2º As informações e os dados poderão ser fornecidos, a critério do titular:

- I. Por meio eletrônico, seguro e idôneo para esse fim.
- II. Sob forma impressa.

§ 3º Quando o tratamento tiver origem no consentimento do titular ou em contrato, o titular poderá solicitar cópia eletrônica integral de seus dados pessoais, observados os segredos comercial e industrial, nos termos de regulamentação da autoridade nacional, em formato que permita a sua utilização subsequente, inclusive em outras operações de tratamento.

§ 4º A autoridade nacional poderá dispor de forma diferenciada acerca dos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo para os setores específicos.

Art. 20. O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência.

§ 1º O controlador deverá fornecer, sempre que solicitadas, informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada, observados os segredos comercial e industrial.

§ 2º Em caso de não oferecimento de informações de que trata o § 1º deste artigo baseado na observância de segredo comercial e industrial, a autoridade nacional poderá realizar auditoria para verificação de aspectos discriminatórios em tratamento automatizado de dados pessoais.

Art. 21. Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu prejuízo.

Art. 22. A defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva.

## Direito do Controlador

O controlador tem por seu papel o legítimo interesse de tratar dados pessoais para finalidades legítimas, a partir de situações completas que se incluem, mas não se limitam à:

I. Apoio e promoção de atividades do controlador.

II. Proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei.

§ 1º Quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados.

§ 2º O controlador deverá adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse.

§ 3º A autoridade nacional poderá solicitar ao controlador relatório de impacto à proteção de dados pessoais, quando o tratamento tiver como fundamento seu interesse legítimo, observados os segredos comercial e industrial.

## Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

No art. 11 desta lei, são relacionadas algumas hipóteses no qual poderá ser tratado um dado pessoal sensível:

I. II Quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas.

II. Também estão relacionados alguns pontos, onde o controlador poderá tratar as informações sensíveis sem o consentimento do titular:

III. III sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

b) Tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos.

c) Realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, o anonimato dos dados pessoais sensíveis.

d) Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem).

e) Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros.

f) Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.

g) Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo a qualquer tratamento de dados pessoais que revele dados pessoais sensíveis e que possa causar dano ao titular, ressalvado o disposto em legislação específica.

§ 2º Nos casos de aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso II do caput deste artigo pelos órgãos e pelas entidades públicas, será dada publicidade à referida dispensa de consentimento, nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei.

§ 3º A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais sensíveis entre controladores com objetivo de obter vantagem econômica poderá ser objeto de vedação ou de Regulamentação por parte da autoridade nacional, ouvidos os órgãos setoriais do Poder Público, no âmbito de suas competências.

## Cuidados no Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

O art. 11 desta lei, deixa claro os pontos de restrições e condições para que seja válido o tratamento de dados pessoais sensíveis, portanto, não se pode:

§ 4º É vedada a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica, exceto nas hipóteses relativas a prestação de serviços de saúde, de assistência farmacêutica e de assistência à saúde, desde que observado o § 5º deste artigo, incluídos os serviços auxiliares de diagnose e terapia, em benefício dos interesses dos titulares de dados, e para permitir: (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência.

Art. 12. Os dados anônimos não serão considerados dados pessoais para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimato ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

§ 1º A determinação do que seja razoável deve levar em consideração fatores objetivos, tais como custo e tempo necessários para reverter o processo de anonimato, de acordo com as tecnologias disponíveis, e a utilização exclusiva de meios próprios.

§ 2º Poderão ser igualmente considerados como dados pessoais, para os fins desta Lei, aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural, se identificada.

§ 3º A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões e técnicas utilizados em processos de anonimato e realizar verificações acerca de sua segurança, ouvido o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais.

Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, o anonimato ou pseudônimo dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas.

§ 1º A divulgação dos resultados ou de qualquer excerto do estudo ou da pesquisa de que trata o caput deste artigo em nenhuma hipótese poderá revelar dados pessoais.

§ 2º O órgão de pesquisa será o responsável pela segurança da informação prevista no caput deste artigo, não permitida, em circunstância alguma, a transferência dos dados a terceiro.

§ 3º O acesso aos dados de que trata este artigo será objeto de regulamentação por parte da autoridade nacional e das autoridades da área de saúde e sanitárias, no âmbito de suas competências.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, pseudônimo é o tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.

## **Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e de Adolescentes**

Quando tratamos de dados pessoais de menores de idade, temos um item primordial que é o consentimento de pelo menos um dos Pais ou Tutor responsável pela criança. Sem esta aprovação prévia, torna-se nula qualquer informação de dados pessoais tratada, descumprindo-se a legislação atual. O art. 14 desta lei traz a ênfase desta prioridade na tratativa de dados pessoais para menores de idade:

Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.

§ 1º O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

§ 2º No tratamento de dados de que trata o § 1º deste artigo, os controladores deverão manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos a que se refere o art. 18 desta Lei.

§ 3º Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º Os controladores não deverão condicionar a participação dos titulares de que trata o § 1º deste artigo em jogos, aplicações de internet ou outras atividades ao fornecimento de informações pessoais além das estritamente necessárias à atividade.

§ 5º O controlador deve realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo foi dado pelo responsável pela criança, consideradas as tecnologias disponíveis.

§ 6º As informações sobre o tratamento de dados referidas neste artigo deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento da criança.

## **Término de Tratamento de Dados**

Quando finalizada a tratativa de dados do titular, deve-se informar ao titular sobre se foi alcançada a finalidade ou se os dados deixaram de ser necessários para o alcance da finalização deste tratamento. É de extrema importância relatar o final do período de tratamento e solicitar ao titular a revogação do consentimento do tratamento de dados.

Os dados pessoais, deverão, quando não estiverem em uma condição de cumprimento de uma obrigação legal, estudos realizados por órgãos de pesquisa, transferência de dados à terceiros e uso exclusivo do controlador que neste caso terá restrito o acesso, sendo proibido acesso a terceiros, desde que não sejam anônimos.

Portanto, os artigos 15 e 16 desta lei deixam claros em seus respectivos incisos:

Art. 15. O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- I. Verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada.
- II. Fim do período de tratamento.
- III. Comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no § 5º do art. 8º desta Lei, resguardado o interesse público.
- IV. Determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto nesta Lei.

Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

- I. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- II. Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, o anonimato dos dados pessoais.
- III. Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei.
- IV. Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiros, e desde que os dados sejam anônimos.

## **Agentes de Tratamento de Dados Pessoais**

A lei estabelece nos artigos 37 até o 41, alguns pontos importantes de alinhamento que deverão ser seguidos pelos controlador, operador e encarregado de tratamento de dados pessoais.



Define que o controlador e operador, deverão manter registrados todas operações de tratamento de dados que realizarem, principalmente quando obter cunho de legítimo interesse.

Em relação ao encarregado, este, deverá ser indicado pelo controlador, sendo divulgadas publicamente suas informações de contato de forma clara e objetiva, de preferência no sítio eletrônico do controlador. As atividades dos encarregados consistem, basicamente, em: aceitar reclamações e comunicações de titulares, prestar esclarecimentos, adotar providências, orientar funcionários e contratados, executar atividades determinadas pelos controladores ou estabelecidas em normas complementares.

Art. 37. O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

Art. 38. A autoridade nacional poderá determinar ao controlador que elabore relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados, nos termos de regulamento, observados os segredos comercial e industrial.

Parágrafo único. Observado o disposto no caput deste artigo, o relatório deverá conter, no mínimo, a descrição dos tipos de dados coletados, a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e a análise do controlador com relação a medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco adotados.

Art. 39. O operador deverá realizar o tratamento segundo as instruções fornecidas pelo controlador, que verificará a observância das próprias instruções e das normas sobre a matéria.

Art. 40. A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões de interoperabilidade para fins de portabilidade, livre acesso aos dados e segurança, assim como sobre o tempo de guarda dos registros, tendo em vista especialmente a necessidade e a transparência.

Art. 41. O controlador deverá indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

§ 1º A identidade e as informações de contato do encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador.

§ 2º As atividades do encarregado consistem em:

- I. Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências.
- II. Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências.
- III. Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais.
- IV. Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

§ 3º A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares sobre a definição e as atribuições do encarregado, inclusive hipóteses de dispensa da necessidade de sua indicação, conforme a natureza e o porte da entidade ou o volume de operações de tratamento de dados.

## Responsabilidade e Ressarcimento de Danos

Tanto o controlador quanto o operador responderão solidariamente aos impactos acometidos causando danos patrimoniais s/ou morais, sendo individuais ou coletivos, violando a legislação vigente. Somente não serão responsabilizados quando provarem que não realizaram tal tratativa, que o tratamento realizado não violou a legislação vigente ou que o dano cometido foi de culpa exclusiva do titular ou de terceiros.

Os artigos 42 até 45 tratam diretamente das condições supracitadas:

Art. 42. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

§ 1º A fim de assegurar a efetiva indenização ao titular dos dados:

I. O operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador se equipara ao controlador, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei.

II. Os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados respondem solidariamente, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei.

§ 2º O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

§ 3º As ações de reparação por danos coletivos que tenham por objeto a responsabilização nos termos do caput deste artigo podem ser exercidas coletivamente em juízo, observado o disposto na legislação pertinente.

§ 4º Aquele que reparar o dano ao titular tem direito de regresso contra os demais responsáveis, na medida de sua participação no evento danoso.

Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem:

- I. Que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído.
- II. Que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados.

III. Que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiros.

Art. 44. O tratamento de dados pessoais será irregular quando deixar de observar a legislação ou quando não fornecer a segurança que o titular dele pode esperar, consideradas as circunstâncias relevantes, entre as quais:

O modo pelo qual é realizado.

O resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam.

As técnicas de tratamento de dados pessoais disponíveis à época em que foi realizado.

Parágrafo único. Responde pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados o controlador ou o operador que, ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 desta Lei, der causa ao dano.

Art. 45. As hipóteses de violação do direito do titular no âmbito das relações de consumo permanecem sujeitas às regras de responsabilidade previstas na legislação pertinente.